

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCINERI NASCIMENTO FERNANDES

“Qualidade de vida e Educação indígena”: um estudo de caso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, da Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Me. Everton Ribeiro

FOZ DO IGUAÇU

2014

“Qualidade de vida e Educação indígena”: um estudo de caso

Lucineri Nascimento Fernandes¹

RESUMO: A globalização e a modernidade vêm atingindo rapidamente a sociedade e principalmente as comunidades rurais com os avanços das tecnologias acaba prejudicando as culturas e os valores que nela estão inseridas. A dificuldade de resgatar esses costumes esta cada vez mais difícil, para conseguir um pouco de interesse dos jovens e crianças, a escola indígena fez um projeto sendo ele “Qualidade de vida”, que têm o objetivo de induzir o aluno a ficar em sua comunidade aprendendo com seus próprios costumes, e por ser uma escola bilíngue a escola busca a melhorar socialização entre professor e aluno, e através do projeto elaborado com atividades recreativas e dinâmicas, proporciona o interesse e a motivação dos jovens e crianças, na Aldeia Indígena Ocoy, analisando aspectos da qualidade de vida desta comunidade.

Palavras-chave: **Cultura, Qualidade de vida e educação do campo.**

1 Introdução

A comunidade indígena Ocoy, destaca um projeto aplicado com finalidade de resgatar crianças e jovens do desvio social de suas raízes, e uma busca de espaço para ambas poder ter um momento de lazer, e para uma melhor relação entre professor, aluno e comunidade, foi elaborado o projeto: “Qualidade de vida” e realizado através da Educação Indígena e de um método sistematizado, com o objetivo de melhorar a relação do aluno com o professor, proporcionar ao aluno momentos de prazer com atividades lúdicas e fora de sala de aula.

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Educação do Campo da UFPR

Levar o aluno a identificar a sua cultura, seus costumes e suas origens e a adotar hábitos de interação com sua comunidade por tanto é feita uma jornada quinzenal de atividades recreativas e culturais na comunidade para jovens e crianças. Realizados com professores e funcionários nos sábados fora do horário escolar assim não prejudicando o andamento escolar e também podendo contribuir para o ensino aprendizagem em sala de aula com os resultados obtidos com o projeto.

Para melhor informação sobre a escola, colocamos alguns pontos importantes do Projeto Político e pedagógico da escola do Colégio Estadual Indígena Teko Ñemoingo, que registra relatos históricos da escola e da comunidade. E através do relato do anterior cacique Simão Viliavas. Historicamente os índios guarani sempre tiveram intensa relação com os rios, florestas e mares, ao longo do tempo, pressionados pela colonização, foram forçados a sair do litoral para habitar o interior em geral, próximo de rios e riachos.

Em 1974, Brasil e Paraguai assinaram o contrato para a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu Binacional, até meados do ano de 1976 a Aldeia Ocoy localizava-se na comunidade do Ocoy Jacutinga, em uma área de aproximadamente 1.500 hectares, as margem do Rio Paraná, onde viviam em torno de 230 indígenas. Em 1982, com a formação do lago de Itaipu, a comunidade foi obrigada a se mudar, provisoriamente, a margem do lago onde permanece até hoje.

A comunidade indígena Ocoy do município de São Miguel do Iguaçu, abriga cerca de 602 pessoas da etnia avá- guarani, numa área de 231 hectares de terras. Segundo o cacique, os indígenas pertencem aos subgrupos dos Moyá e ñandeva, duas das três divisões dos povos tupi-guarani.

A atividade econômica da aldeia é representada pela agricultura, onde são cultivados: milho, arroz, feijão e em menor escala: amendoim, melancia, batata-doce, mandioca e banana.

Os índios confeccionam o artesanato de grandes valores culturais, entre eles destaca-se a (árvore da vida). Contam os índios da aldeia, que com o subir das águas os animais procuraram abrigo no topo das árvores na tentativa de salvar suas vidas. Aos olhos dos índios essas eram árvores da vida, cuja obra da natureza é hoje representa pelo artesanato que leva o mesmo nome.

A comunidade conta com apoio constante da prefeitura, Itaipu, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Que desenvolve projetos nas áreas de habitação, saúde, saneamento básico, alimentação e educação.

Há pessoas da comunidade que tem sua renda com benefícios como Bolsa Família e aposentadoria e outras com emprego fixo.

Na visão da comunidade e do cacique a aldeia melhorou muito, porque antigamente não tinha casa de madeira nem de material, vivia numa situação precária, não tinha escola, saneamento e bebia água do lago, agora tem saneamento básico e água tratada.

As terras destinadas à aldeia Ocoy com a construção da Itaipu, diminuíram com o aumento das águas do lago Itaipu, se restringindo a poucos hectares de terra para o plantio. Além disso, com a imigração dos indígenas paraguaios, houve um aumento do índice populacional, diminuindo mais a área, afetando a economia da aldeia.

O projeto da sustentabilidade indígena da Itaipu é muito bom, mas não atinge 100% das necessidades da comunidade Ocoy como: Saúde, educação, alimentação e trabalho. A saúde está precária, falta médicos, dentistas e remédios. Assim, a maioria usa a medicina alternativa tradicional indígena, como ervas medicinais.

A Itaipu deveria atuar mais na comunidade indígena com projetos mais eficientes, não é ajuda, mas sim obrigação, pois sua dívida é grande em relação aos prejuízos causados a todos e ao meio ambiente.

O trabalho presente mostra o desenvolvimento de um projeto que foi inserido com intuito de resgatar os jovens da aldeia para sua comunidade, assim que com atividades interdisciplinares eles buscam a se divertir e valorizar sua cultura, buscando jovens que procuram drogas e álcool para se divertir. Com esse projeto os jovens e crianças ficam mais na comunidade e interagem com os adultos, professores.

2 História Da Escola Rural Indígena Avá Guarani.

A Escola rural municipal, foi autorizada pela Resolução N° 8590 de 28 de dezembro de 1984. Em 1999, foi solicitada a mudança de Entidade Mantenedora da Fundação Nacional do Índio, para a Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, a partir de 29 de julho de 1999 passou a ser: Escola Rural Municipal Indígena Avá Guarani, sob o Parecer N°2228/99-CEF.Lei N°1208/99 e Resolução N°900/99, ofertando educação Infantil e ensino Fundamental de 1° a 4° série. A Escola Rural Municipal Indígena Avá Guarani, que estadualizou em 2008, no mês de maio, passando a ser denominada Escola Estadual Indígena Teko Ñemoingo que significa (resgatando a cultura), situada na Área Indígena Ocoy, distrito de Santa Rosa de Ocoy, Município de São Miguel do Iguaçu. A partir do ano de 2010, com a implantação do Ensino Médio, a escola passou a chamar Colégio Estadual Indígena Teko Ñemoingo. Segundo o PPP da Escola de 2007, relata que no ano de 1984 até 1987 possui instalações de madeira. Do ano de 1987 a 1993 a mesma ficou fechada, reiniciando suas atividades educacionais em 1994, em um novo estabelecimento, com 360 metros quadrados, em área construída, contando com três salas de aula, sala de professores, secretaria, cozinha, almoxarifado, sanitários, além de uma área ampla para atividades extraclasse.

A escola mantida pelo Governo Municipal é Governo Estadual do Paraná e programa do MEC.

O espaço físico da escola era muito pequeno para atender o número de aluno. E foi pedido mais duas salas, uma biblioteca e refeitório, pois os alunos não tinha lugar para comer o lanche no dia de chuva. Mas agora já foi construída mais três salas de aula e uma biblioteca, porque já tem de Pré a 8° série do ensino fundamental.(PPP da Colégio Estadual Indígena Teko Noimongo).

Hoje ela já possui outros espaços adquiridos pelo atual governo, instalação corresponde com a necessidade dos alunos, a necessidade de um Ginásio de esporte para os alunos, assim nos dias d chuva eles poderiam exercer as aulas de educação física e outras atividades como o projeto que aqui estamos abordando.

2.1 A imigração da comunidade Indígena em São Miguel do Iguaçu.

Conforme o andamento da história indígena reforçou a um embasamento da imigração dos índios Ava-guarani em São Miguel do Iguazu na Reserva Ocoy, uma faixa de terra de 256 hectares às margens do Lago Itaipu. O mapeamento das aldeias indígenas das três fronteiras consta de um trabalho feito pelo ambientalista Francisco Amarilla Barreto, há mais de 20 anos pesquisando as crenças, costumes, a cultura e as tradições dos índios locais.

Em 1982, antes da formação do lago de Itaipu, foram localizadas e cadastradas 13 famílias indígenas compostas por 71 pessoas, que formavam a Comunidade de Jacutinga – de índios do ramo “Avá” da Nação Guarani – em área de 30 hectares. Essas famílias foram transferidas para a então recém-criada Reserva Indígena do Ocoy, com uma área de 250 hectares, recebendo apoio técnico e financeiro da Itaipu.

Um grupo de 145 avá-guaranis está assentado na reserva Tekohá Añetete, uma área de 1.780 hectares, distante 15 quilômetros da cidade de Diamante do Oeste. A área foi comprada pela Itaipu Binacional em 1997. A empresa auxilia a comunidade em convênio com outros órgãos e entidades desde 1998.

Em 1982, antes da formação do lago de Itaipu, foram localizadas e cadastradas 13 famílias indígenas compostas por 71 pessoas, que formavam a Comunidade de Jacutinga – de índios do ramo “Avá” da Nação Guarani – em área de 30 hectares. Essas famílias foram transferidas para a então recém-criada Reserva Indígena do Ocoy, com uma área de 250 hectares, recebendo apoio técnico e financeiro da Itaipu.

Em função do crescimento vegetativo e migratório da população do Ocoy, a área tornou-se insuficiente para a sobrevivência da comunidade. Em 1997, quando o número de famílias havia aumentado para 74, a Itaipu adquiriu 1.744 hectares no município de Diamante do Oeste e para lá transferiu 32 famílias. Formou-se assim a aldeia Tekohá Añetete, considerada por laudos antropológicos e pelos próprios índios como ideal para o assentamento. A Reserva do Ocoy permaneceu com 42 famílias, contingente que lhe conferia uma situação bastante tranquila e sustentável. Por solicitação da Funai, a Itaipu, juntamente com o município de Diamante do Oeste, implementou nova ação de apoio técnico e financeiro visando à consolidação do assentamento.

As migrações fazem parte da cultura Avá-Guarani. Esses índios costumam migrar frequentemente, mas sempre retornam aos locais de origem. A base cultural

se estabelece no conceito de “famílias nucleares”, unidades de produção e consumo, evoluindo para “famílias extensas”. Isso contribuiu para o retorno daquelas famílias que, durante os anos 60 e 70, haviam migrado para o Paraguai. O retorno resultou em superpopulação na reserva do Ocoy, passando de 42 para 128 famílias (cerca de 600 pessoas) numa área insuficiente para atender às necessidades do novo contingente. A aldeia do Ocoy novamente se viu diante do problema da pouca terra e muita gente.

Depois de muita articulação dos índios e negociações entre Itaipu e FUNAI (Fundação Nacional do Índio), esta adquiriu para eles uma área de 242 hectares, lindeira ao Tekohá Añetete. A área foi entregue em fevereiro de 2007 para a formação de nova aldeia, denominada Itamarã, que em Guarani significa “diamante” (alusão ao município de Diamante do Oeste, que abriga a comunidade). Na BP3 há, portanto, três aldeias (tekohas): Ocoy, com 250 ha; Añetete, 1.744 ha; e Itamarã, 242 hectares, totalizando 2.236 há, para 205 famílias e 1.100 pessoas. O desenvolvimento foi enorme assim a área que os índios adquiriram ficou pequena, com a falta de terra a aldeia encontrou dificuldade para seu alimento, as crianças sem o que fazer o homem não indígena planta ao redor da aldeia e prejudica com agrotóxicos. Assim matando suas produções. A única maneira de o índio trabalhar é para fora.

3. A realização do Projeto: “Qualidade de vida e Educação indígena”: um estudo de caso

O projeto na Aldeia veio com o objetivo de ajudar na integração entre professor e alunos para melhor andamento da relação entre ambos, e resgatar jovens para participar das atividades realizadas na comunidade valorizando seus costumes. E através de uma sistematização dos procedimentos utilizados no projeto, para o andamento do ensino aprendizagem é feita uma jornada semanal de atividades recreativas e culturais na comunidade para jovens e crianças.

Na entrevista com o atual Cacique da Aldeia o Daniel M. Lopes transcrevo seu relato: As pessoas da comunidade próxima vinham reclamando constantemente, para ele, que as crianças indígenas faziam bagunça e incomodavam, badernavam com brigas, bebidas. Diante de tal fato, ele ficou

preocupado e pensou em fazer algo pelas crianças e jovens da comunidade, em vez de punir, ele queria fazer algo para os jovens e crianças, na aldeia não tinha lugar para brincar e eles precisavam de um momento só deles, e assim ele fez uma reunião com os alunos na escola e assim eles colocaram bastantes ideias para minimizar esse fato.

E quando ele estava em uma reunião em Curitiba ele ressaltou que queria fazer algo pelas crianças e jovens da comunidade, então ele teve apoio do Ministério da Educação, Itaipu e prefeitura municipal de São Miguel do Iguaçu. Só que ele e as crianças não poderiam fazer sozinho tinha que ter apoio da escola, onde assim que foi implantado o projeto “Qualidade de Vida”, com apoio dos professores.

Na organização do projeto: Qualidade de vida começou no ano de 2011 e assim foi se fortalecendo com os determinados anos seguintes, são feitas atividades com os alunos em um espaço aberto, com caráter de proporcionar ao aluno que brincar é também leva o aprender, teve um ótimo resultado e é muito gratificante pois as crianças sempre pediam quando iria ter de novo, e a comunidade também aprovou o projeto e começou a participar e interagir junto com os filhos. Diminuiu bastante a violência, e consumo de drogas e álcool, assim se tornou um vínculo da comunidade e escola perante o projeto.

Com ensino aprendizagem do projeto: Qualidade de vida é utilizado método para medir as condições de vida de um ser humano. Envolve o bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a saúde, educação, poder de compra, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida. Não deve ser confundida com padrão de vida, uma medida que quantifica a qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis.

O resultado diante do projeto transformou a vida da comunidade como uma festa em que professores e funcionários se encontram com os alunos e a comunidade se trocam experiências e um pouco de lazer, faz parte da visão das crianças onde além de brincar eles acabam aprendendo a respeitar e conquistar seus objetivos. GADOTTI (1992) fala que: “ a escola tem de ser local, como ponto de partida, mas tem de ser internacional e intercultural, como ponto de chegada” ...

Buscar uma convicção de desenvolvimento educacional coerente a cada identidade cultural e levar para escolas onde estão essa cultura local e realizar de uma forma de aprendizagem assim proporcionando métodos referentes ao contexto cultural da escola onde está inserida e suas origens desse ponto de vista.

Não se pode confundir respeito à cultura local com a complementação paternalista e benevolente do pitoresco popular, que pode estar também carregado de alienações, sem falar que simplesmente respeitar a cultura local, sem ultrapassá-la, é condenar as populações marginalizadas dos benefícios sociais a continuarem na mesma situação. (GADOTTI,1992,p.13)

O pensamento do autor fala também da realidade em que encontramos nossa cultura e a diversidade está em resgatar as origens da valorização cultural e assim tem vários pontos de reflexões e de conscientização perante a população ou comunidade. Assim a necessidade é educar conforme sua necessidade em prática: de forma consciente e organizada independente dos meios e métodos utilizados por que a educação do campo é diferenciada e por que não renovar com projetos.

Ao longo do projeto, foram desenvolvidas as seguintes atividades: Artes plásticas, Jogos de futebol, vôlei, brincadeiras, música e dança.

As atividades são realizadas conforme a idade dos alunos e divididas com os professores assim são ministradas e elaboradas conforme a desenvoltura de cada professor. A organização é feita pelos professores que chegam em um ambiente aberto, e distribui as tarefas aos alunos cada aluno escolhe o que quer fazer e assim vai ao longo da tarde.

Compreender a educação a partir da diversidade camponesa, do modo de vida, implica construir políticas públicas que assegurem o direito à igualdade, com respeito às diferenças; implica a construção de uma política pública de educação na qual a formação de professores possa contemplar esses fundamentos. Hoje, os professores saem dos bancos escolares, dos cursos de licenciatura, sem ter estabelecido

qualquer discussão sobre o modo de vida camponês, pressupondo que o modo de vida urbano prevalece em todas as relações sociais e econômicas brasileiras. Da mesma forma, a maioria dos cursos de formação continuada deixa de valorizar a educação do campo (PARANÁ, 2006, p. 33).

Basta apenas estar envolvido na comunidade já compreendemos o nossa responsabilidade com a comunidade, sabe o que fazer interagir com outra cultura é diferente e construtivo para nossa experiência, isso deve ao comprometimento de todos os professores e sucesso de cada um com a participação do projeto.

4. Educação do campo e Aldeia indígena

A educação do Campo vem renovando seu método, renovando meios de se expressar através do processo ensino aprendizagem de nosso aluno do campo e os desafios ocorridos são através das dificuldades que são encontradas através desse percurso, como a educação seria uma das coisas que teriam que ter prioridade, mas a realidade é essa no nosso país e é de muita luta que as conquistas vêm se evoluindo. Para tal predominância da nomenclatura Educação do campo e suas lutas diante da educação, são vários educadores que colaboraram para esse desenvolvimento como Paulo Freire deram uma riqueza para este acontecimento mais como vemos temos muito que caminhar, no entanto elaboramos essa pesquisa para que observamos a riqueza que temos em nosso Campo e que através dele entendemos o que é educação e o que podemos ganhar.

Como nosso Brasil é rico em diversidade Cultural observa-se aos diferentes costumes de uma sociedade, entre os quais podemos citar: vestimenta, culinária, manifestações religiosas, tradições, entre outros aspectos. O Brasil, por conter um extenso território, apresenta diferenças climáticas, econômicas, sociais e culturais entre as suas regiões. E deparamos com essa realidade como a Cultura indígena. Os principais disseminadores da cultura brasileira são os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos. Posteriormente, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, poloneses, árabes, entre outros, contribuíram para a pluralidade cultural do Brasil. E devido a esses grandes e ricos costumes nossas

sociedades mantêm com as tradições e nela em particular que é a agricultura e a culinária que foi passada de pai para filho. E esses valores do meio rural não são tão valorizados por falta de apoio. Neste sentido, Pinheiro (2011) afirma que:

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...] (PINHEIRO, 2011, p.89).

Brasil, a Educação não é prioridade dos nossos governantes e que o autor confirma em suas lacunas escritas que é muito demorado as etapas de desenvolvimento da nossa educação e até chegar no campo leva muito mais tempo.

Com isto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo, mesmo que nas entrelinhas da LDB estejam os interesses neoliberais. Santana (2006) discutindo tais interesses na LDB, diz que “não é possível negar o neoliberalismo presente no cotidiano escolar” (...) a “subordinação da educação a valores de mercado [...]”. (SANTANA, 2006, p.46). Por outro lado, o artigo 28 da LDB aponta direcionamento específico à escola do campo. O artigo prescreve que, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Lutamos por uma educação de qualidade voltada às escolas do campo onde foram barrados alguns projetos que ajudariam a evolução. E assim é feito com colaboração dos professores o Projeto: “Qualidade de Vida” além da comunidade, eles participam com cronograma realizado assim todos fazem parte só é demarcados e intercalados os professores para que todos possam participar.

Ainda continuam as negligências, mas os embates organizados e acadêmicos, com centenas de produções científicas, têm contribuído com as discussões políticas e abertura de diálogos junto aos setores burocráticos do Estado.

Miguel Arroyo, em palestra proferida em Luziânia/GO, por ocasião da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em julho de 1998, fez os seguintes questionamentos:

[...] como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo? (ARROYO, 2011, p. 16).

Entretanto referindo-se a fala do autor em que entraria uma educação solidária e qualitativa, buscamos a riqueza da educação do campo e fortalecemos nosso método de trabalho temos mais valor como professores em desenvolver projetos que valoriza a vida a educação e a socialização. Sem tirar as maneiras culturais que a comunidade tenta preservar, e estar em extrema realidade do aluno e em pensamento do que é melhor para ele e suas necessidades diante do ensino e sua vida social.

Portanto, os legisladores parece inspirarem-se em alguns dos aspectos das comunidades rurais ao propor uma oferta de educação do e para o campo. Assim, em seu artigo 28 a Lei 9394/96 – LDB destaca que:

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias

à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III-adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A LDB no artigo citado diverge das ideias dos movimentos sociais, pois apresenta um campo fidedigno ruralizado, no entanto, o contato das pessoas com a cidade, com as tecnologias e com os processos industriais faz com que o campo “idealizado” sofra alterações constantes principalmente em que se tenta preservar uma cultura uma história. E é muito delicado em orientar onde o profissional não está preparado para evitar o erro e descaso.

A desestruturação de uma comunidade vem constantemente atinge movimentos sociais, no caso não é que seja nossa realidade, mas é um fator que nos referimos ao Projeto “Qualidade de Vida”. Ele foi elaborado pela falta de conscientização das pessoas que vieram reclamar das crianças da comunidade onde, cujo problema era tido como as crianças da comunidade indígena e não da sociedade. Discriminar é fácil quero ver as pessoas fazerem um projeto questionador. Reforçando-se:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (BRASIL, 2002).

Uma qualidade social permite que a comunidade busque resolver seus problemas tentam minimizar suas dificuldades e envolvendo todos que nela esta inserida. Em atendimento às demandas, em seu artigo 10º as Diretrizes apresentam que:

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (BRASIL, 2002).

Preservar valores que fortaleçam a Educação do campo como finalidade de relacionar meios que integram a realidade da educação do campo que proporcionam melhoras a comunidade e qualidade de vida, o projeto tem como ideais resgatar o jovem e inseri-lo na sociedade através de um processo de educativo.

Considerações Finais

O trabalho elaborado mostra um projeto que foi realizado na comunidade indígena, e na desenvoltura dele pode-se aprender que a atividades fora da escola pode dar certo, sendo que os professores fizeram a diferença e realizaram algo para melhorar nossa educação, não podendo deixar de fora a comunidade, as habilidades que os alunos têm de mostrar sua capacidade de interagir fora de sala de aula.

A melhora de socialização com a comunidade e alunos foi muito positiva, principalmente com o professor, tivemos um contato muito grande com a família onde que conhecemos e aprendemos costumes e essa foi o melhor de todas as conquistas que obtemos como professor, a melhora de relação professor/aluno.

O respeito com os professores, à participação dos alunos na Semana Cultural melhorou muito, principalmente dos jovens, não ficam mais atrás de álcool buscam valorizar sua cultura e participar das apresentações culturais e destacar suas qualidades e o que aprenderam com os seus pais e avós, e fazem com muito orgulho. E percebemos sua alegria quando falamos quando vai ter “Qualidade de Vida” no brilho de seus olhos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli; MOLINA, Monica (orgs). **Por uma educação do Campo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004, p.126.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **IBGE**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411845>. Acessado em 20/02/2014.

<https://www.itaipu.gov.br/en/node/202>. Acessado dia 23/02/2014

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para todos**; prefácio: José Eustáquio Roma, Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.12,13.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: Ed: UNIOESTE, 2002.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 02/11/ 2013.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acessado em 05/07/2013.

SANTANA, Djárcia. **A LDB e a educação do campo. 2006**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/721/1/ALdbEAEducacaoDoCampopagina1.htm>> Acesso em: 30/11/2013. http://pt.wikipedia.org/wiki/Qualidade_de_vida > Acesso dia 30/01/2014.